ISSN 1517-2627 / e-ISSN 2966-2443

Documentos

247

Rio de Janeiro, RJ / Junho, 2025

OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
8 TRABALHO DECENTE E CRESCIMENTO ECONÔMICO

Agricultura e turismo sustentáveis como vetores de resiliência ambiental e socioeconômica em áreas serranas

Embrapa

Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
Embrapa Solos
Ministério da Agricultura e Pecuária

ISSN 1517-2627 / e-ISSN 2966-2443

Documentos 247

Junho, 2025

Agricultura e turismo sustentáveis como vetores de resiliência ambiental e socioeconômica em áreas serranas

Bernadete da Conceição Carvalho Gomes Pedreira

Embrapa Solos
Rio de Janeiro, RJ
2025

Embrapa Solos
Rua Jardim Botânico, 1024.
Jardim Botânico
Rio de Janeiro, RJ
CEP: 22460-000
www.embrapa.br/solos
www.embrapa.br/fale-conosco/

Comitê Local de Publicações
Presidente
Ana Paula Dias Turetta
Secretário-executivo
Marcos Antônio Nakayama
Membros
Bernadete da Conceição Carvalho Gomes Pedreira
David Vilas Boas de Campos, Evaldo de Paiva Lima,
Helga Restum Hissa, José Francisco Lumbreras,
Joyce Maria Guimarães Monteiro, Lucia Raquel
Queiroz Pereira da Luz, Maurício Rizzato Coelho e
Wenceslau Geraldes Teixeira

Edição executiva
Marcos Antônio Nakayama

Revisão de texto
Marcos Antônio Nakayama

Normalização bibliográfica
Enyomara Lourenço Silva

Projeto gráfico
Leandro Sousa Fazio

Diagramação
Alexandre Abrantes Cotta de Mello

Foto da capa
Bernadete da Conceição Carvalho Gomes Pedreira

Publicação digital: PDF

Todos os direitos reservados
A reprodução não autorizada desta publicação, no todo ou em parte,
constitui violação dos direitos autorais (Lei nº 9.610).

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Embrapa Solos

Pedreira, Bernadete da Conceição Carvalho Gomes.
Agricultura e turismo sustentáveis como vetores de resiliência ambiental e socioeconômica em áreas serranas / Bernadete da Conceição Carvalho Gomes Pedreira. – Rio de Janeiro : Embrapa Solos, 2025.
PDF (20 p.) : il. color. – (Documentos / Embrapa Solos, e-ISSN 2966-2443 ; 247).

1. Desenvolvimento sustentável. 2. Agricultura familiar. 3. Conservação ambiental. 4. Turismo rural. I. Título. II. Série.

CDD (23. ed.) 338.4791

Enyomara Lourenço Silva (CRB-4/1569)
© 2025 Embrapa

Autora

Bernadete da Conceição Carvalho Gomes Pedreira
Engenheira-agrônoma, doutora em Engenharia Agrícola, pesquisadora da Embrapa Solos, Rio de Janeiro, RJ

Apresentação

As atividades antrópicas ligadas à agrossilvipecuária, realizadas em diferentes ambientes (rural, urbano e periurbano) e que, ao mesmo tempo, podem gerar atratividade para o turismo – como ocorre em alguns municípios serranos fluminenses –, podem ser fontes de oportunidades de exploração sustentável do uso da terra, com efeitos socioeconômicos positivos, desde que sejam adotadas as práticas conservacionistas necessárias. Esse cuidado é essencial para a sustentabilidade de tais atividades, uma vez que tanto a produção agropecuária quanto o turismo demandam o uso de recursos naturais, podendo causar impactos ambientais negativos e afetar a provisão de serviços ecossistêmicos em diferentes escalas.

Nesse contexto, utilizando dados do município de Nova Friburgo como referência, esta publicação salienta os desafios e pontos de atenção que podem subsidiar a elaboração de diretrizes e estratégias para políticas públicas efetivas e melhor direcionadas, a fim de induzir ações futuras adequadas na condução das atividades agrícolas e turísticas com sustentabilidade.

O conteúdo apresentado visa, de alguma forma, auxiliar os tomadores de decisão em sua atribuição de tornar as cidades serranas mais resilientes aos impactos ambientais provenientes dessas ações humanas.

Este trabalho atende ao Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 8 (Trabalho Decente e Crescimento Econômico), estipulados pelas Nações Unidas (ONU), mais especificamente promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todos (metas 8.3 e 8.9).

Daniel Vidal Pérez
Chefe-Geral em exercício da Embrapa Solos

Sumário

Introdução 8

O município fluminense de Nova Friburgo 9

A importância do turismo sustentável como fator de resiliência aos impactos das mudanças climáticas 10

O aproveitamento do potencial para o turismo sustentável em áreas serranas 11

Benefícios da adoção de práticas sustentáveis na agricultura e no turismo 12

Desafios e aspectos do turismo associado às atividades agropecuárias que requerem atenção para melhorias 13

Ações que podem contribuir para o turismo sustentável 14

Importância das políticas públicas para a sustentabilidade das atividades que integram a agricultura e o turismo 15

Projetos de Lei em tramitação em 2024 que abordam temáticas direcionadas ao turismo rural em integração com a agricultura familiar 16

Tendências associadas ao turismo sustentável atrelado à produção agrossilvipastoril (urbana, periurbana e rural) 17

Agradecimentos 18

Referências 18

Introdução

Este documento foi elaborado no âmbito de um projeto desenvolvido no município fluminense de Nova Friburgo, com vigência entre 2020 e 2025, intitulado “Paisagens funcionais em tempos de mudanças climáticas: cocriação de soluções para o desenvolvimento urbano sustentável em regiões serranas na Mata Atlântica”, o qual aborda, entre outras temáticas de estudo, a agricultura urbana e periurbana.

Durante a execução do projeto, à medida que foram sendo levantados dados sobre as características da produção de alimentos local, foi possível perceber a existência de potencial para o estabelecimento de uma conexão entre as atividades de produção agropecuária de cunho familiar local e o turismo de cunho sustentável, com possibilidades de se criar alternativas capazes de trazer benefícios socioeconômicos e ambientais ao ambiente serrano em que se insere o município.

Levando em consideração o aumento crescente da pressão social que vem ocorrendo em áreas serranas devido ao turismo em massa, além do aumento da intensidade e frequência dos desastres naturais desencadeados pelas mudanças climáticas, torna-se fundamental desenvolver estratégias para subsidiar a gestão dos riscos socioambientais e garantir suas condições de habitação (Accastello et al., 2019). Sendo assim, de forma complementar à temática agroprodutiva, também os aspectos referentes à associação entre agricultura e turismo sustentável foram alvo deste estudo, por meio do levantamento e compilação de dados e informações primárias e secundárias, visando reunir conhecimento para favorecer a resiliência local frente aos desafios socioeconômicos e ambientais da atualidade.

Além de outras atividades antrópicas, a agropecuária desenvolvida em diferentes territórios ou ambientes (rural, urbano, periurbano, em terras altas ou em terras baixas) representa a base socioeconômica e meio de vida para muitas comunidades populacionais.

Por outro lado, as características próprias de cada um desses ambientes em termos de paisagem, topografia, biodiversidade, clima, recursos histórico-culturais e comunidades locais, entre outras, favorecem o aproveitamento da multifuncionalidade da paisagem, tendo como base a agricultura, incluindo a realização de atividades de lazer, recreação e turismo. Porém, como as cadeias produtivas ligadas às atividades agropecuárias e de turismo demandam o uso de recursos naturais, elas podem ser fontes de impactos ambientais negativos e afetar a provisão de serviços ecossistêmicos em diferentes níveis de escala e, portanto, requerem práticas conservacionistas para que se mantenham sustentáveis (Pedreira, 2023).

As ações produtivas no âmbito da agropecuária e silvicultura, quando realizadas de forma sustentável, protegem o meio ambiente e, por sua vez, criam condições propícias para a criação de empreendimentos turísticos que mantêm ligação principalmente com os sistemas produtivos da agricultura familiar, incluindo os produtos orgânicos, hidropônicos, hortigranjeiros, flores e também produtos provenientes de agroindústrias de pequeno porte ou artesanais, além da gastronomia e da valorização do patrimônio ambiental e histórico-cultural.

Assim, entre as múltiplas funções da agricultura e dos agroecossistemas, além da produção de alimentos e energia, bens agrícolas, produtos agropecuários, pode-se incluir a conservação de recursos naturais e a oferta de alternativas de turismo sustentável.

Além da atratividade exercida pela paisagem ambiental e seus atributos naturais, culturais e ligados à produção agropecuária, também a proximidade aos centros urbanos e suas facilidades e serviços, a criação de roteiros de visitação com oferta variada de atrativos, entretenimentos e lazer contribuem de forma benéfica para o turismo como vetor de desenvolvimento dos territórios.

Nesse contexto, o turismo rural e o agroturismo se destacam como formas de agregar valor às atividades atreladas à produção agrossilvipastoril, em geral desenvolvidas em micro, pequena e média escalas.

A associação do turismo com as atividades agroprodutivas favorece a valorização da agricultura familiar e consolida a produção e o mercado de alimentos produzidos de forma sustentável, com base agroecológica, gerando ampliação dos canais de comercialização, fortalecimento de mercados para a agricultura familiar e sustento socioeconômico às famílias.

Segundo a agência especializada de turismo das Nações Unidas (UN Tourism, 2024), o turismo não urbano tem grande potencial para estimular o crescimento econômico local e a mudança social devido à sua complementaridade com outras atividades econômicas, sua contribuição para o Produto Interno Bruto e a criação de empregos, e sua capacidade de dispersar a demanda ao longo do tempo nos territórios, minimizando os efeitos da sazonalidade.

O turismo, quando sustentável, favorece as economias locais e gera empregos locais diretos e indiretos. Propicia a criação de microempresas, pequenos negócios, uso sustentável de recursos naturais, reduz desperdícios de consumo, preserva a diversidade natural, social e cultural, distribui custos e benefícios e interage com todos os setores e segmentos da sociedade.

Na atividade turística de caráter rural, a experiência do visitante se relaciona a uma ampla variedade de produtos geralmente ligados às atividades baseadas na natureza e na produção agrossilvipastoril, com inspiração no estilo de vida e na cultura rurais, como mencionado pela UN Tourism (UN Tourism, 2024). Tem como características uma baixa densidade populacional, a paisagem e o uso da terra dominados pelas atividades rurais e com estrutura social e estilo de vida tradicionais (UN Tourism, 2024), permitindo a integração com as atividades cotidianas da roça e da lida no campo. Além disso, tem princípios que regem o segmento, tais como: a valorização territorial, a preservação das raízes rurais, a autenticidade dos produtos, a harmonia e a sustentabilidade ambiental, e a identidade e o envolvimento da comunidade local (Instituto Brasil Rural, 2024a).

De forma mais restrita, o agroturismo desenvolve-se integrado a uma propriedade rural ativa, geralmente de organização e gestão familiar, como forma complementar de geração de renda, além das atividades produtivas agrícolas, silviculturais e de criação, que se mantêm como principais, sendo parte de um processo de agregação de serviços e bens não materiais aí existentes, possibilitando ao visitante entrar em contato direto com o produtor e com suas atividades produtivas e se integrar à vivência e aos hábitos locais (Tulik, 2003; Brasil, 2003, 2022).

O município fluminense de Nova Friburgo

A região serrana fluminense é formada por diversos municípios, concentra um grande número de agricultores familiares e tem expressivo faturamento agrícola bruto. Além disso, tem grande importância no contexto ambiental por apresentar importantes remanescentes florestais da Mata Atlântica, inseridos em Unidades de Conservação Ambiental federais, estaduais e municipais, que compõem o denominado Mosaico Central Fluminense. Além disso, desempenha importante papel para a segurança hídrica e alimentar da população do estado do Rio de Janeiro.

Desenvolver o turismo sustentável em regiões serranas, como é o caso de Nova Friburgo, município que exibe uma paisagem ambiental diversa, englobando centro urbano, áreas de produção agrícola e fragmentos de vegetação natural, além de unidades de conservação ambiental em um raio de poucos quilômetros de distância, é uma forma de promover iniciativas de valorização e conservação da natureza, favorecer a geração de serviços ecossistêmicos (fornecidos pela natureza) e também beneficiar comunidades locais (valorização de sua produção, tradições, cultura etc.). Essa iniciativa representa uma forma de adaptação às mudanças climáticas, uma vez que engloba a proteção dos recursos naturais e o fortalecimento socioeconômico das populações de diferentes regiões, diminuindo sua vulnerabilidade (Huq, 2005).

Em Nova Friburgo, desenvolve-se a agricultura convencional (principalmente) e orgânica de caráter familiar, com produção diversificada, com destaque para a olericultura, além de apresentar agroindústrias, sendo um importante produtor de alimentos que abastece a região metropolitana da cidade do Rio de Janeiro (Comperj, 2011; Galliez, 2014; Fidalgo et al., 2023).

Tais características conferem forte relevância à conservação dos atributos ambientais, culturais e sociais do município e evidenciam a necessidade de estratégias para conciliar a conservação das florestas e demais recursos naturais com as atividades socioeconômicas locais, considerando principalmente a agricultura e o turismo.

Além disso, a busca por destinos turísticos localizados em áreas montanhosas, como é o caso de Nova Friburgo e outros municípios com características semelhantes, vem se intensificando, pois, em geral, são locais detentores de grande riqueza de atributos naturais, que, por isso, exibem vocação e grande atratividade para o turismo associado à natureza e às atividades produtivas rurais. Tais atividades, se bem conduzidas, têm potencial para promover o turismo de base comunitária, que envolve as comunidades na economia do turismo e fortalece a gestão dos recursos naturais e culturais e, também, a geração de emprego e renda e o desenvolvimento urbano e rural com sustentabilidade. Além disso, podem contribuir no âmbito das seguranças hídrica, alimentar e energética e no ganho de resiliência dos territórios em relação às limitações impostas pelas mudanças climáticas.

Entretanto, com o crescente surgimento de adversidades climáticas que afetam de forma direta e indireta o meio ambiente, os serviços ecossistêmicos, a quantidade e a regularidade da produção agrossilvipastoril e as condições socioeconômicas das comunidades e da população que dependem dessas atividades, vem aumentando também a demanda pela adoção de alternativas de conservação dos recursos naturais e de estratégias para manutenção da geração de renda de forma regular ao longo do ano, independentemente das ocorrências sazonais adversas, na tentativa de vencer o desafio de adaptação às transformações climáticas e suas consequências.

Essas percepções atuais já foram mencionadas em anos passados, como mostra uma matéria de evento ligado às temáticas em questão, realizado em 2013:

> A promoção do turismo sustentável em regiões de montanha foi apontado pela consultora do Banco Mundial e representante da Associação das Montanhas Famosas, professora Mônica Amorim, como uma das alternativas para a valorização e conservação da natureza na região serrana fluminense (Ferreira, 2013).

A importância do turismo sustentável como fator de resiliência aos impactos das mudanças climáticas

Entre outros motivos, a sociedade atual convive com a preocupação de manter a garantia da sustentabilidade dos recursos naturais e do bem-estar humano, frente aos riscos e incertezas gerados pelas mudanças climáticas, que podem afetar fortemente os aspectos ambiental, socioeconômico e de saúde da população. Essas circunstâncias requerem o planejamento de estratégias e a realização de iniciativas que imprimam maior resiliência aos setores produtivos para o enfrentamento de adversidades climáticas e seus efeitos. Nesse sentido, ganha importância o fortalecimento do segmento turístico em paisagens ambientadas em locais de produção agropecuária e florestal.

No Brasil, o turismo comprometido com a sustentabilidade e associado à multifuncionalidade da agricultura (urbana, periurbana e rural) e à paisagem natural oferece múltiplas possibilidades de interação, incluindo diferentes aspectos (beleza natural, "paisagem alimentar" oriunda da produção de alimentos, ruralidade, biodiversidade, lazer, ações educativas e culturais, memória histórica dos territórios, entre outros), vem apresentando contínua expansão e se firmando como um catalisador de desenvolvimento local, em nível municipal e também regional. Apresenta potencial para movimentar diversos setores socioeconômicos e nichos de mercado (agroindústrias, gastronomia, cozinhas regionais, artesanato, transportes, hospedagem, comércio, capacitação, lazer, eventos ligados à tradição cultural, entre outros), faz parte de complexas cadeias produtivas vinculadas, em sua maioria, à agricultura familiar e ao trabalho associativo, favorecendo a inclusão social e a oferta de opções de engajamento dos jovens nessas atividades e empreendimentos. Além disso, tem forte conexão com princípios e práticas de conservação ambiental e grande potencial de promover diversidade de empregos, geração de empreendedorismo sob a forma de micro e pequenos negócios, agregação de renda não agrícola, inclusão social e de gênero, com a vantagem de não exigir grandes investimentos e sem descaracterizar o meio rural e seu entorno, favorecendo a vitalidade econômica e social das comunidades (Brasil, 2022; Fidalgo et al., 2023).

Parte dessas características ou aspectos são reforçados em matéria veiculada em 2021, que descreve proposições para um projeto que salienta a importância da busca por um "modelo de turismo que possa incentivar a conservação e a manutenção da biodiversidade" (Embrapa, 2021).

> "As paisagens alimentares possibilitam o turismo de experiência em que a culinária, a história, a tradição, o território, os ingredientes e os sistemas agrícolas que os produzem compõem um cenário único, rico de singularidades, permitindo aos consumidores encontrarem produtos diferenciados", diz o coordenador do projeto, Aluísio Goulart.
>
> "As relações econômicas que se constituem nesse contexto permitem o surgimento e crescimento de outros segmentos, além da agricultura, como aqueles relacionados à gastronomia, à cozinha regional e à socialização em torno da alimentação. Desta forma, os aspectos exclusivos, autênticos e singulares que tornam os produtos diferenciados representam uma oportunidade para a diversificação da atividade rural e geração de emprego e renda no campo e nas cidades, o que pode ser materializado, por exemplo, por meio de roteiros gastronômicos".
>
> "Defender esse tipo de diversidade agroalimentar e biológica, para os pesquisadores envolvidos na cooperação fomentada pelo BID, deverá, direta e indiretamente, contribuir em processos de mitigação dos impactos danosos das mudanças do clima, por meio da diminuição de emissões de CO_2, por exemplo".

O agroturismo, especificamente, desempenha um importante papel no fornecimento de serviços ecossistêmicos na paisagem rural multifuncional ao contribuir para a conservação ambiental, incentivar boas práticas de produção agropecuária e de conservação dos recursos naturais renováveis (práticas agroecológicas relacionadas ao solo e à água, produção orgânica, uso de sistemas conservacionistas de preparo do solo e de produção agropecuária, boas práticas para o uso eficiente de fertilizantes, controle da atividade minerária, proteção e/ou recuperação de nascentes, adequação agroambiental, capacitação de agricultores) e, ao mesmo tempo, valorizar o patrimônio imaterial, histórico e cultural (Grass et al., 2019).

Os empreendimentos do agroturismo estabelecem redes de aproximação entre produtor-consumidor, que geram novos nichos econômicos, oportunidades de acesso dos pequenos produtores aos mercados (Schneider; Ferrari, 2015) e a criação de alternativas de geração de renda e emprego.

A produção agrícola, seja ela urbana, periurbana ou rural, os sistemas produtivos especializados de pequena escala administrados por famílias ou individualmente ou de base corporativa (ex.: cultivo de cogumelos, plantas ornamentais, flores de corte e viveiros de mudas arbóreas, até a produção de mel e de plantas medicinais e aromáticas) e os produtos e serviços associados à atividade agrícola oferecem potencial atrativo para o turismo rural e o agroturismo. No caso da região serrana de Nova Friburgo e seu entorno, o incentivo à união dos segmentos da agricultura familiar e do turismo constitui fator preponderante para que tais atividades se desenvolvam de forma sustentável, destacando a importância do agricultor e sua família para a conservação de recursos naturais e culturais da Mata Atlântica (bioma local), incluindo seu patrimônio cultural e arquitetônico; além de ser fator preponderante também para a segurança alimentar da população, acrescentando renda e oportunidade de trabalho para as comunidades, propiciando a multifuncionalidade e a pluriatividade nas unidades produtivas familiares (Caldas, 2014). Também a silvicultura urbana, por oferecer benefícios para a saúde e o microclima, pode contribuir para produzir cultivos energéticos (ex.: lenha) e permitir recreação (Deelstra et al., 2001).

Há muitas iniciativas nacionais bem-sucedidas de turismo sustentável associado à produção de alimentos e seus subprodutos, aos produtos agroindustriais, à silvicultura, ao aproveitamento de matérias-primas para o artesanato e outros. Tais iniciativas têm sido favorecidas pela criação de rotas, roteiros e circuitos turísticos locais e regionais, principalmente no meio rural, potencializando o reconhecimento dos atrativos materiais e imateriais de cada território, incluindo os atrativos naturais e aqueles provenientes da agricultura multifuncional, entre outros.

Apenas como exemplos de experiências bem-sucedidas de turismo sustentável atrelado às atividades produtivas agrícolas, pecuárias e florestais, podem ser citados empreendimentos de agroturismo desenvolvidos em regiões serranas, como no município capixaba de Venda Nova do Imigrante e em Santa Rosa de Lima, município catarinense localizado no território das Encostas da Serra Geral, entre muitos outros. Para cada ambiente natural, é importante buscar desenvolver atividades agrárias produtivas e de turismo e lazer que sejam compatíveis com a sustentabilidade. Nesse sentido, os produtores agrícolas familiares locais podem ser importantes agentes de conservação ambiental, auxiliando a sustentabilidade das atividades agrícolas e turísticas e também a manutenção da identidade e tradição cultural das comunidades tradicionais estabelecidas ao longo do tempo em seus territórios (Brasil, 2022; Fidalgo et al., 2023).

O aproveitamento do potencial para o turismo sustentável em áreas serranas

O território brasileiro, principalmente em seus ambientes serranos, tem um reconhecido potencial para desenvolver o turismo com bases sustentáveis, associado ao aproveitamento da paisagem ambiental multifuncional, integrando a natureza, as atividades produtivas sustentáveis agropecuárias (urbanas, periurbanas e rurais), pesqueiras, silviculturais, extrativistas e ligadas ao patrimônio histórico e cultural.

Estudos voltados ao setor têm sido realizados para melhor planejar e implantar esse tipo de turismo no país, definindo algumas etapas necessárias para compor a oferta turística com múltiplas experiências de visitação, que incluem: o diagnóstico das potencialidades e limitações do território, o mapeamento de atrativos, equipamentos e produtos, o planejamento de ações, a adequação das propriedades e a criação de rotas e roteiros turísticos

envolvendo a paisagem natural e agrícola e suas atividades, adequados a cada região, inclusive com inserção de atrativos gastronômicos (Brasil, 2013; Pedreira; Fidalgo, 2017).

Nesse mercado turístico, é marcante a inserção de produtos e serviços da agricultura familiar, com múltiplas possibilidades de interação com a paisagem produtiva urbana, rural e ambiental e com a atividade produtiva rural para compor a oferta turística (criação de equipamentos, produtos, serviços, atividades de entretenimento, lazer, culturais e pedagógicas) e agregando os empreendimentos em redes de cooperação, visando fortalecer a relação entre a agricultura familiar e a cadeia produtiva do turismo.

O arranjo produtivo dessas atividades integra hospedagem, transporte, recepção, entretenimento e alimentação, consorciados com a oferta da produção associada ao turismo, ao artesanato local, à venda dos produtos primários, como frutas e verduras, e aos produtos transformados da agroindústria, como queijos e doces, entre outros, sendo que a coexistência entre as atividades turísticas e as atividades de produção agropecuária, extrativista e florestal é determinante para a sobrevivência dos empreendimentos.

Tem sido crescente a abertura do setor para novos nichos especiais de mercado para atender consumidores cada vez mais exigentes com sustentabilidade, aliando as cadeias produtivas do turismo e da agricultura, incluindo, entre outros: incorporação de inovação; produção de alimentos com qualidade, oriundos de processos de produção, extração e processamento (agroindústrias artesanais) diferenciados; uso de ferramentas de geotecnologia da informação e comunicação (para gerar, valorizar e divulgar produtos e serviços); valorização dos territórios e sua gastronomia e aspectos culturais peculiares; certificação de produtos e serviços; produtos de origem controlada, com apelo mercadológico na tradição e cultura local; alimentos orgânicos produzidos com responsabilidade ambiental, certificados, com selos (orgânicos, de comércio justo e solidário, gourmet, artesanais, com indicação geográfica e de origem); produção de artesanato a partir de resíduos e insumos das atividades rurais (Estudo..., 2013).

O fomento desse setor tem sido intensificado no país por meio de ações e acordos de cooperação técnica firmados em 2020 entre o Ministério do Turismo (MTur) e o Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA) e, em nível mundial, por meio de ações conjuntas da Organização Mundial do Turismo (OMT) e da Organização para a Alimentação e Agricultura (FAO), sublinhando a importância da agricultura e do turismo para as comunidades de todo o mundo e visando atender aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável incluídos na Agenda 2030 das Nações Unidas (BPBES, 2017).

Em âmbito internacional, há uma década, o turismo sustentável já vem sendo reconhecido pela ONU como ferramenta estratégica para a redução da pobreza, proteção da biodiversidade e desenvolvimento das comunidades. Também há reconhecimento do turismo ligado aos produtos, atividades, experiências e serviços próprios do ambiente e da paisagem rural como fator propulsor do desenvolvimento de territórios.

Cabe ressaltar que, no site do Secretariado do Mountains Partnership[1], vinculado à FAO, são mencionados planos e ações específicos sobre as questões de resiliência dos ambientes de montanhas (Barchiesi et al., 2022; Mountain Partnership, 2023).

Benefícios da adoção de práticas sustentáveis na agricultura e no turismo

A adoção de práticas ou intervenções localmente adaptadas que se inspiram na natureza, as chamadas “Soluções Baseadas na Natureza” (SbN), e que fornecem simultaneamente benefícios ambientais, sociais e econômicos, com grande potencial para aumentar a resiliência de áreas mais vulneráveis a eventos climáticos (Monteiro et al., 2024) – como, por exemplo, a implementação de sistemas agrícolas sustentáveis – possibilita a criação de alternativas de manutenção de condições socioeconômicas e socioculturais viáveis, que podem reverter em qualidade de vida e bem-estar das comunidades urbanas e rurais. Entre essas alternativas, pode ser incluído o turismo sustentável, potencializando o aproveitamento das paisagens agrícolas multifuncionais e de suas atividades produtivas.

Dependendo da adequação do manejo das atividades produtivas ligadas à natureza e à produção agropecuária – tanto urbanas como periurbanas e rurais –, é possível alcançar impactos positivos, favorecer a geração de serviços ecossistêmicos, além de agregar outras atividades com potencial de

[1] *Mountain Partnership* é uma aliança voluntária de parceiros das Nações Unidas (ONU) dedicada a melhorar a vida dos povos das montanhas e proteger os ambientes de montanha ao redor do mundo.

geração alternativa de emprego e renda, como é o caso do turismo de cunho sustentável, incluindo o turismo rural e o agroturismo (Fidalgo et al., 2023).

Em diversas palestras ministradas no evento Mountains 2018, referido anteriormente, salientou-se que a aliança entre a atividade produtiva e a conservação da natureza favorece o ganho de resiliência dos territórios, face às consequências dos impactos climáticos negativos e beneficia a sustentabilidade das cadeias produtivas alimentar e turística.

O turismo sustentável associado às atividades camponesas urbanas e periurbanas pode se beneficiar principalmente de incentivos ao desenvolvimento de cadeias curtas de produção e de mercados locais, favorecendo o desenvolvimento local e regional, com inclusão produtiva.

O sumário do relatório temático da Plataforma Brasileira de Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos[2] (BPBES, 2024; Forbes Agro, 2024) menciona soluções já adotadas em algumas regiões do Brasil. Tais soluções possibilitam tornar as práticas agrossilvipastoris mais adequadas, diversificadas, produtivas e sustentáveis e, com isso, incrementam as chances de uma associação bem-sucedida da agricultura com o turismo.

O estudo também identificou, entre as alternativas, o estímulo à restauração de áreas de reserva legal e de preservação permanente; os incentivos econômicos e mecanismos financeiros para atividades agropecuárias sustentáveis, como Pagamento por Serviços Ambientais, linhas de crédito verdes, créditos de biodiversidade, REDD+ (Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação) e mercado de cotas de reserva ambiental; os programas de extensão rural com foco na agroecologia; a valorização e a disseminação de práticas e tecnologias sociais; os sistemas de rastreabilidade de cadeias produtivas; o Sistema Plantio Direto; as florestas plantadas; o turismo rural; e o Sistema de Integração Lavoura-Pecuária-Floresta (Forbes Agro, 2024).

Uma vez que seja mantido em caráter sustentável, o turismo promove benefícios para o produtor rural e para a comunidade, pois, sendo uma alternativa flexível e que pode ser adequada a cada demanda, pode ser iniciado em locais ainda pouco desenvolvidos economicamente (CPT Cursos, 2024).

O turismo se beneficia com a crescente demanda dos consumidores por produtos diferenciados, produzidos sob sistemas produtivos especializados e sustentáveis, principalmente em áreas urbanas. Os equipamentos turísticos, incluindo restaurantes e meios de hospedagem, fortalecem essa tendência.

Desafios e aspectos do turismo associado às atividades agropecuárias que requerem atenção para melhorias

As paisagens natural e cultivada e as atividades e serviços das cadeias produtivas da pecuária, da silvicultura e do extrativismo formam o pano de fundo do turismo voltado ao campo e à ruralidade, integrando diversos aspectos. O funcionamento de toda essa rede de atividades requer planejamento e muitas vezes apresenta deficiências e pontos a serem aperfeiçoados.

Na Região Serrana Fluminense, alguns aspectos apontados por palestrantes em evento realizado em 2013, por exemplo, indicam de problemas atuais recorrentes como a relação dos agricultores com a fiscalização sobre a prática agrícola em áreas de proteção ambiental. Também foi mencionada a dificuldade de manutenção da atividade agrícola na região:

> “A manutenção da atividade agrícola na região é mais difícil pela falta de identidade dos jovens com a atividade do que pela questão econômica [...] a sustentabilidade da agricultura familiar local passa pelo resgate de práticas tradicionais e para isso é preciso que a comunidade esteja presente nos fóruns que estabelecem as políticas públicas que interferem em suas vidas” (historiador Juliano Palm) (Ferreira, 2013).

De modo geral, existem muitos desafios e deficiências que afetam esse tipo de turismo: a carência de recursos humanos; a necessidade de ampliar o associativismo; a formação de redes de turismo atreladas à paisagem ambiental multifuncional, associada à produção agrícola, pecuária e florestal e ambientada nas áreas rurais e também nas áreas urbanas e periurbanas; a criação de roteiros turísticos estruturados; e o fomento de políticas públicas específicas para apoiar as atividades turísticas sustentáveis e que priorizem os seguintes pilares indicados pela Organização Mundial do Turismo: gestão, inovação, tecnologia, acessibilidade e sustentabilidade.

[2] O Relatório Temático da BPBES consiste em: *“um diagnóstico detalhado que agrega informações científicas e casos que tiveram êxito nas interações entre os usos do solo e a biodiversidade no Brasil, quando se refere ao bem-estar humano e respeito aos saberes tradicionais”.*

Algumas limitações a serem sanadas: dificuldade de organização social coletiva (falta de associativismo), falta de recursos humanos com qualificação em gestão, capacitação de mão de obra para atuar frente às diferentes atividades e demandas do turismo, carência no domínio de tecnologias e inovação, falta de roteiros estruturados de visitação para o turismo rural e agroturismo; limitações nos setores de serviços ligados ao turismo, deficiências na promoção e divulgação do turismo, na infraestrutura turística (saneamento rural, estradas de acesso, hospedagem, água, energia, comunicação, saúde, etc), falta de políticas públicas específicas para o segmento do turismo ambientado no ambiente rural, entre outras (Brasil, 2013; Brasil, 2020; Brasil, 2022; Pedreira; Fidalgo, 2017; Estudo..., 2013).

Ações que podem contribuir para o turismo sustentável

Alguns fatores que podem ajudar a impulsionar o turismo nas comunidades em que a economia gira em torno de recursos provenientes da atividade agrícola (urbana, periurbana e rural), segundo a Organização Mundial do Turismo, são o investimento, as capacitações, o financiamento, a criação de infraestruturas, a transformação digital, a avaliação de impactos, a melhoria da gestão, o empoderamento das mulheres e o desenvolvimento sustentável (Brasil, 2020). Somados a esses podem ser apontados outros fatores importantes, tais como:

- Identificar a situação de um território e as interações que se estabelecem entre as atividades antrópicas aí desenvolvidas, seus possíveis impactos, os serviços ecossistêmicos afetados e a influência desse conjunto de fatores sobre o meio ambiente, visando traçar estratégias de conservação ambiental e seus benefícios (Pedreira, 2023; Fidalgo et al., 2023).
- Investir em capacitação e qualificação de recursos humanos (empreendedores e produtores rurais, agentes públicos e privados) voltados às demandas de gestão, produção e prestação de serviços na atividade turística, usar tecnologias para qualificação de mão de obra e dos procedimentos e serviços prestados, visando tornar as atividades turísticas mais seguras e atrativas. Ampliar os serviços digitais, o uso de geotecnologias e ferramentas de informação e comunicação, favorecendo a inclusão digital, promover a melhoria da acessibilidade aos atrativos rurais existentes, com a estruturação de serviços de transportes, qualidade das estradas, dentre outros.
- Prestar um bom atendimento aos turistas (consumidores), agregando imagem de responsabilidade socioambiental e empresarial, confiabilidade e qualidade em produtos e serviços da oferta turística, realizar ações de monitoramento e manejo sustentável para controle ou minimização de impactos.
- Aprimorar a qualidade dos produtos e serviços ofertados, diversificar as atividades produtivas rurais, explorar nichos especiais de mercado, incentivar a adoção de boas práticas socioambientais, fortalecer os vínculos territoriais locais, a conexão entre as cadeias produtivas do turismo e agroalimentares, incluindo as ligadas à gastronomia, produzir alimentos de forma ambientalmente correta, investir em certificações de qualidade em produtos e serviços no turismo rural, favorecendo o atendimento a um consumo diferenciado.
- Explorar as demandas e tendências do mercado, estabelecer parcerias entre governo, instituições voltadas à capacitação, associações locais, universidades, profissionais experientes e diferentes atores locais (gestores públicos, empresários, produtores rurais, comunidade, lideranças, consumidores), incentivando o engajamento de todos.
- Fortalecer o trabalho associativo e solidário e as associações de turismo rural (redes, atores e cadeias produtivas), desenvolver parcerias e estratégias de roteirização (criação de roteiros e circuitos turísticos integrados e articulados).
- Criar redes de cooperação em turismo no ambiente rural que preconizem práticas sustentáveis (empresários de turismo, hotelaria, agências, empresas de desenvolvimento e consultoria, entidades, empreendedores, agricultores e técnicos, trabalhando por políticas de responsabilidade social, segurança, saúde e sustentabilidade com foco na estruturação, desenvolvimento e qualificação do segmento do turismo rural) para garantir a sustentabilidade dos empreendimentos e da atividade. Alguns exemplos dessas redes: o “Projeto Redes de Turismo Rural”, que visa fortalecer o turismo rural brasileiro fomentando redes

e potencializando parcerias, prospectando novos caminhos pós-pandemia da Covid-19 e também, o Projeto Talentos do Brasil Rural (Brasil, 2013, Instituto Brasil Rural, 2024a, 2024b).

- Criar roteiros turísticos bem planejados e estruturados, que envolvam empreendimentos rurais, urbanos e periurbanos da agricultura familiar em todo o território brasileiro como oferta turística. Aproveitamento adequado de recursos naturais, produtos e tradições da agricultura familiar e da gastronomia, valorizando aspectos culturais associados à alimentação (produtos agroalimentares), visando favorecer o reconhecimento dos valores locais e a criação de um novo mercado potencial, através de trabalho integrado e participativo, com engajamento de empreendedores, agricultores e representantes dos roteiros. O resgate cultural é um grande aliado na diversificação dos sistemas agrícolas e com potencial de atratividade turística.
- Incentivar boas práticas de gestão do turismo rural e também as cadeias curtas de abastecimento, ampliando sua interação com os produtores familiares.
- Criar redes de pesquisa para estudos desses temas e questões com uma abordagem integrada.
- Criar e implantar políticas públicas consistentes e programas que fomentem a atividade do turismo sustentável no país, específicos para seus diferentes ambientes e territórios (linhas de crédito, tributação, capacitação profissional, assistência técnica, fomento a novos empreendimentos), que valorizem o consumo de produtos e serviços provenientes das cadeias produtivas do turismo e da agricultura e que possibilitem aos agricultores o acesso a essas políticas.
- Fomentar a interação entre gestão pública municipal e produtores familiares em relação ao estabelecimento de estratégias para o turismo.
- Bombana et al. (2024) orientam a reconhecer a estação chuvosa para promover a diversificação do turismo nas diferentes estações e regiões; aumentar a capacidade de adaptação no cenário de mudanças climáticas; reconhecer e diversificar as atividades econômicas além do turismo; integrar outras políticas públicas à política de turismo, devendo abranger o meio ambiente, a agricultura, a energia e a educação. Para que a estratégia de promover o turismo em espaços públicos, mesmo em estações chuvosas e com clima desfavorável, principalmente no contexto das mudanças climáticas, garanta que o turismo seja um negócio rentável durante todo o ano, é necessário incentivar a interação entre as pessoas e a localidade, para criar um sentido de lugar que seja capaz de aceitar a realidade da estação chuvosa e sua inerente maior suscetibilidade a desastres naturais. Esse processo leva a um aumento da consciência sobre a possibilidade de criar uma relação harmoniosa entre o empreendimento e o ambiente frágil, transformando essa condição de fragilidade em uma experiência turística única (Grimm et al., 2018; Trihn, 2020 apud Bombana et al., 2024), criando alternativas combinadas entre diferentes possibilidades de visitação, entretenimento e lazer.

Importância das políticas públicas para a sustentabilidade das atividades que integram a agricultura e o turismo

A integração entre as diferentes políticas públicas é importante e favorece uma consideração mais ampla dos desafios e oportunidades meteorológicas e climáticas, incluindo também as mudanças climáticas. Ao integrar várias dimensões políticas, os tomadores de decisão e as partes interessadas podem melhorar a sua capacidade de reformular holisticamente os problemas existentes, especialmente em resposta a contextos em evolução (Grimm et al., 2018).

Diversos fatores estão envolvidos no desenvolvimento da atividade do turismo sustentável e devem ser considerados na formulação de políticas públicas específicas para as diferentes realidades de cada território. Tais políticas podem contribuir com o fortalecimento de ações que precisam ser contínuas, como, por exemplo: gestão adequada da atividade, manutenção da cadeia produtiva do turismo sustentável; integração entre os seus diversos setores, rede de atores e instituições; fortalecimento do associativismo e cooperação produtiva entre produtores rurais; diminuição de impactos ambientais provenientes dos empreendimentos rurais; ampliação da extensão rural e da assistência técnica especializada; capacitação de empresários e produtores rurais para a gestão sustentável; aprimoramento ou criação de novos roteiros e experiências rurais, entre outras.

Considerando os desafios já apontados que incidem sobre as regiões serranas, que adquirem

cada vez mais importância no cenário ambiental e socioeconômico brasileiro, falta legislação específica para turismo de montanha e associado à paisagem agrícola e suas atividades, que beneficiem tanto os visitantes quanto às comunidades receptoras. Assim, fica evidente a necessidade do estabelecimento de políticas públicas efetivas que visem fortalecer a sustentabilidade das atividades produtivas agrícolas e de turismo nos diversos ambientes em que se desenvolvem. Além da indicação de diretrizes para reduzir os riscos de impactos das mudanças climáticas nas seguranças hídrica e alimentar de áreas serranas.

Nesse sentido, os aspectos ou pontos de atenção anteriormente ressaltados visam contribuir para a elaboração de políticas públicas direcionadas para a geração de diretrizes e estratégias de ação adequadas, que possam ser utilizadas pelos tomadores de decisão para tornar cidades mais fortalecidas e resilientes aos impactos das mudanças climáticas sobre o ambiente natural e antrópico e minimizar seus reflexos sobre os aspectos socioeconômicos.

Conforme Antonio et al. (2020), a agricultura deve ser apoiada por políticas públicas voltadas ao fortalecimento das organizações sociais, que reconheçam a importância das questões de gênero, contribuam para processos coletivos de construção de conhecimentos adequados à produção de alimentos saudáveis, bem como para o estabelecimento e fortalecimento de estratégias de mercado justo que favoreçam a aproximação entre agricultores e consumidores.

Assim como ocorre com a agricultura, também se aplica ao turismo sustentável a necessidade de apoio de políticas públicas com orientações específicas e efetivas, de acordo com os diferentes níveis de escala territoriais e de suas características.

Conforme salientado em BPBES (2024) e Forbes Agro (2024), há necessidade de que governos e setor privado tenham atuação conjunta e responsável para promover a efetiva implementação das normas ambientais, o que poderá favorecer tanto a atividade produtiva conservacionista como a atividade turística sustentável.

Assim, para fomentar o turismo sustentável em ambientes serranos, é necessária a contribuição de instituições, governos, cooperativas e sociedade em geral para a implementação de políticas públicas específicas que contemplem aspectos diversos e integrados. Exemplificando tais aspectos, podem ser mencionados: o manejo do solo, da água e da biodiversidade, que tratem da relação entre turismo rural, agroturismo e agricultura, considerando premissas de conservação ambiental, as possibilidades de conexão da produção de alimentos com a gastronomia, o aproveitamento de matérias-primas para agroindústrias e artesanatos, além da questão cultural, de recreação, lazer e de bem-estar humano, entre outros. Em conjunto, tais atores e ações integradas podem contribuir para que sejam vencidos os desafios de compatibilizar atividades produtivas e socioeconômicas com a proteção dos recursos ambientais materiais e imateriais.

No evento Mountains 2018[3], realizado em Nova Friburgo, foram ressaltadas as inúmeras possibilidades que os ambientes montanhosos oferecem para as comunidades neles inseridas quando instituições governamentais, associações e cooperativas atuam para promover a sustentabilidade e o turismo responsável. Também foi mencionado, como exemplo, o Pagamento por Serviços Ambientais (PSA), como uma das ferramentas que vêm sendo implementadas com sucesso em recentes experiências nas regiões serranas da Mata Atlântica e da bacia do Rio Paraíba do Sul, entre São Paulo e Rio de Janeiro (Oportunidades [...], 2018).

Projetos de Lei em tramitação em 2024 que abordam temáticas direcionadas ao turismo rural em integração com a agricultura familiar

Inseridos no presente contexto, são apresentados exemplos de políticas públicas que podem fortalecer a sustentabilidade ambiental e socioeconômica das atividades turísticas que se desenvolvem integradas à agricultura familiar (urbana, periurbana e rural):

[3] *MOUNTAINS 2018* foi um evento realizado em Nova Friburgo, RJ, em 2018, constituído pelo III Workshop sobre Desenvolvimento Sustentável em Ambientes de Montanha e pela II Conferência Internacional sobre Pesquisa para o Desenvolvimento Sustentável em Regiões de Montanha, que abordou os seguintes temas: Agricultura de montanha e agroecologia, turismo rural, biodiversidade, desastres naturais e adaptação às mudanças climáticas e que teve por objetivo: apresentar e discutir iniciativas que visam à gestão sustentável dos ambientes de montanha, envolvendo os diversos atores que atuam nesses espaços.

O **Projeto de Lei 4879/20** prevê o apoio do poder público para o desenvolvimento do turismo rural sustentável em propriedades de agricultores familiares. Além de ofertar linhas de crédito, assistência técnica e extensão rural aos agricultores, segundo o projeto, o poder público deverá regulamentar o comércio de alimentos e de produtos agroindustrializados da agricultura familiar. O projeto tramita na Câmara dos Deputados.

"A promoção do turismo rural em empreendimentos da agricultura familiar é uma maneira de agregar valor à produção, de gerar empregos e renda no meio rural e de melhorar a qualidade de vida das famílias, favorecendo sua permanência no campo", defende o autor do projeto. "Para tanto, bastam simples ajustes em instrumentos de política agrícola, como os do Pronaf", acrescenta.

Segundo a proposta, além do comércio de alimentos e de produtos agroindustrializados, serão igualmente consideradas atividades turísticas sustentáveis da agricultura familiar: o comércio de artesanato local; serviços de lazer e entretenimento, como passeios, trilhas e a participação direta dos turistas em atividades e lidas diárias comuns; serviços de alimentação e hospedagem que valorizem tradições, receitas e ingredientes locais; bem como outros que promovam a sustentabilidade econômica, social e ambiental dos agricultores familiares e das comunidades rurais das quais façam parte (Brasil, 2024a).

O **Projeto de Lei 2475/23** cria a Política Nacional de Incentivo ao Turismo Rural para fortalecer empreendimentos turísticos de base familiar e comunitária no meio rural. O texto está sendo analisado pela Câmara dos Deputados. Estão entre os instrumentos previstos para incentivar o Turismo rural: Inventário atualizado de empreendimentos de Turismo rural, rotas turísticas, atrativos naturais, culturais, esportivos, gastronômicos e demais pontos de interesse; Oferta de crédito para investimentos e para capital de giro; Divulgação de eventos culturais e de atrativos naturais relacionados ao Turismo rural; Disponibilização de recursos e equipamentos para a ampliação e conservação de estradas e demais vias rurais, entre outros. Sem dúvidas é fundamental na cadeia produtiva do Brasil e ajuda a diversificar a economia das áreas rurais, que muitas vezes dependem exclusivamente de empregos gerados diretamente na agricultura e na pecuária, atividades que vêm reduzindo postos de trabalho em razão da crescente mecanização e automação da produção. O projeto determina ainda que a administração pública deverá gerenciar o acesso de turistas por caminhos, trilhas, travessias e escaladas que conduzam a serras, paredes rochosas, rios, cachoeiras, lagos, cavernas, matas, pradarias e outros sítios de grande beleza cênica ou de interesse para a visitação. A proposta será analisada, em caráter conclusivo, pelas comissões de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural; de Turismo; e de Constituição e Justiça e de Cidadania. (Brasil, 2024b).

Tendências associadas ao turismo sustentável atrelado à produção agrossilvipastoril (urbana, periurbana e rural)

Em relação a essas tendências, há expectativa de ocorrer protagonismo de diversos aspectos, entre os quais:

- Expansão do turismo sustentável associado à ruralidade, busca pelo natural e orgânico.
- Turismo com deslocamento de menor distância, circuitos próximos aos centros urbanos, em áreas abertas em contato com a natureza.
- Controle de higienização, com a ideia de saúde e qualidade de vida, exigência de qualidade na experiência turística, aumento do consumo responsável e mais seletivo, aumento da demanda por produtos mais sustentáveis, melhoria da qualidade dos meios de produção, dos produtos e serviços ofertados.
- Incorporação de tecnologia, inovação e empreendedorismo no meio rural e no mercado turístico (novos produtos, processos e serviços).
- Ações coletivas dos agricultores familiares em prol do turismo (adoção de práticas socioambientais, valorização de aspectos culturais e dos saberes rurais).
- Incentivo ao empreendedorismo nas comunidades rurais, consolidação de aspectos legais que afetam o turismo rural para dar sustentabilidade à atividade e garantir ao produtor rural acesso às políticas públicas nacionais, regionais e locais de apoio à atividade turística.
- Valorização de produtos diferenciados voltados para a sustentabilidade, com qualidade e ética empresarial (produtos seguros e de qualidade atestada, a valorização da garantia de origem e os selos de qualidade).
- Demanda por certificação, adoção de sistemas de certificação socioambiental.
- Valorização da cultura autêntica, da gastronomia, das experiências de contato com as comunidades, aproveitamento de nichos de mercado e atendimento ao consumidor mais exigente em qualidade dos produtos e serviços e na sustentabilidade do processo produtivo.

- Demanda por um conjunto de políticas públicas voltadas ao setor para nortear ações futuras do poder público, incentivo à expansão da oferta de produtos e serviços da agricultura familiar e de roteiros bem estruturados no mercado turístico brasileiro, consolidando a presença do produtor rural familiar no setor do turismo rural, fortalecimento das cadeias produtivas do turismo e da agricultura.
- Promoção de uma economia turística neutra em carbono e mais resiliente, reduzindo as emissões humanas de gases de efeito estufa, esforço de criação de um conjunto de políticas públicas voltadas ao setor para nortear ações futuras do poder público e apoiar os produtores rurais em seus empreendimentos, estabelecimento de parcerias entre diversos setores (privado, comércio, instituições, empreendedores, outros).
- Agregação de valor de mercado aos serviços ecossistêmicos presentes na cadeia de produção do turismo, adoção de soluções baseadas na natureza para manter resiliência aos efeitos das mudanças climáticas.
- Empenho na contribuição do alcance dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da ONU, entre os quais: ODS 8 — Emprego digno e crescimento econômico; ODS 12 — Consumo e produção responsáveis e ODS 14 — Vida na água, entre outras tendências.

À medida que avança o desenvolvimento da atividade turística em áreas rurais produtivas, surgem as interfaces de uso de mão de obra, insumos e gerenciamento da empresa voltada tanto para o agronegócio como para o turismo. Programas setoriais, política tributária, legislação, fiscalização, gestão interna das empresas, infraestrutura, estruturas de governança e a estrutura de mercado são realidades a serem consideradas como fundamentais neste mercado (Estudo..., 2013; Brasil, 2013; Brasil, 2020; Brasil, 2022; Guia PETR..., 2012; Coordenadoria..., 2012, Instituto Brasil Rural, 2024).

Agradecimentos

Ao CNPq pelo apoio financeiro à pesquisa que resultou neste trabalho, realizado no âmbito do Projeto CNPq 441595/2020-0, intitulado “Paisagens funcionais em tempo de mudanças climáticas: co-criação de soluções para o desenvolvimento urbano sustentável em regiões serranas na Mata Atlântica”.

Referências

ACCASTELLO, C.; BLANC, S.; BRUN, F. A Framework for the integration of nature based solutions into environmental risk management strategies. **Sustainability**, v. 11, n. 2, p. 489, 2019. DOI: https://doi.org/10.3390/su11020489.

ANTONIO, G. J. Y.; ASSIS, R. L. de; AQUINO, A. M. de. Vulnerabilidades e perspectivas da agricultura familiar frente à pandemia de Covid-19: experiências nos ambientes de montanha da região serrana fluminense. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v. 15, n. 4, p. 101-113, 2020. DOI: https://doi.org/10.33240/rba.v15i4.23277.

BARCHIESI, V.; HUSSAIN, A.; LI, X.; MUKIIBI, E.; FLORES, P.; MURER, C.; CHAVEZ, E.; JOSHI, S. R. **Inclusive and resilient mountain food systems: opportunities and best practices**: policy brief. Kathmandu: International Centre for Integrated Mountain, 2022. Disponível em: https://lib.icimod.org/record/35993. Acesso em: 10 jan. 2023.

BOMBANA, B.; MARTINS, I. M.; GAETA, J. de C.; PEREIRA, M. P. S.; NORMANDE, I. C.; CERQUEIRA, A. da S. A política de turismo considera o clima? Explorando as narrativas sobre a estação chuvosa na zona costeira de Alagoas, Brasil. **Ambiente & Sociedade**, v. 27, 2024. DOI: http://dx.doi.org/10.1590/1809-4422asoc0108r1vu27L2AO.

BPBES. **Sumário para tomadores de decisão**: relatório temático Agricultura, Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos. Campinas: BPBES, 2017. Disponível em:https://www.bpbes.net.br/produto/relatorio-tematico-agricultura-biodiversidadeeservicosecossistemicos/. Acesso em: 17set. 2024.

BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. Agência Câmara de Notícias: Projeto de Lei 4879/20 Dispõe sobre os empreendimentos de turismo rural da agricultura familiar. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2264249#:~:text=PL%204879%2F2020%20Inteiro%20teor,Projeto%20de%20Lei&text=Disp%C3%B5e%20 sobre%20os%20empreendimentos%20de%20turismo%20rural%20da%20agricultura%20fam iliar. Acesso em: 8 jun. 2024a.

BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. Agência Câmara de Notícias: Projeto de Lei 2475/23 cria a Política Nacional de Incentivo ao Turismo Rural para fortalecer empreendimentos turísticos de base familiar e comunitária no meio rural. Disponível em: https://www.camara.leg.br/noticias/1050606comissaoaprovacriacao-de-politica-nacional-para-incentivar-turismorural/#:~:text=A%20Comiss%C3%A3o%20de%20Agricultura%2C%20Pecu%C3%A1ria,e% 20comunit%C3%A1ria%20no%20meio%20rural. Acesso em: 8 jun. 2024b.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Diretrizes para o desenvolvimento do turismo rural no Brasil (2003-2007)**. Brasília, DF, 2003. Disponível em: https://www.gov.br/turismo/pt-br/centrais-deconteudo-/publicacoes/segmentacaodoturismo/diretrizes-para-o-desenvolvimento-do-turismorural.pdf. Acesso em: 10 jul. 2023.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Projeto Talentos do Brasil Rural**: turismo e agricultura familiar a caminho dos mesmos destinos. Resumo Executivo. Brasília, 2013.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Boletim de Inteligência de Mercado no Turismo**: Experiências do Turismo Rural. 7. ed. RIMT. 2020. Disponível em: https://www.institutobrasilrural.org.br/download/20201222082413.pdf. Acesso em: 14 jul. 2023.

CALDAS, L. C. C. **Roteiro de Agroturismo de São Pedro da Serra e Arredores, Nova Friburgo/RJ**: potencialidades e limitações. 2014. 110 f. Dissertação (Mestrado em Práticas em Desenvolvimento Sustentável) - Instituto de Florestas, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

COMPERJ. **Agenda 21 de Nova Friburgo**. Rio de Janeiro, 2011. 178 p.

COORDENADORIA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA INTEGRAL. Turismo Rural. **Revista Casa da Agricultura**, n. 2, abr. mai. jun. 2012.

CPT CURSOS. **Turismo rural gera desenvolvimento e econômico social no campo**. Disponível em: https://www.cpt.com.br/artigos/turismo-rural-geradesenvolvimento-economico-e-socialnocampo. Acesso em: 1 ago. 2024.

DEELSTRA, T.; BOYD, D.; BIGGELAAR, M. V. D. O uso multifuncional da terra: uma oportunidade para a agricultura urbana na Europa. **Revista de Agricultura Urbana**, v. 4, p. 65-69, 2001. Disponível em: https://ruaf.org/assets/2001/07/rau04_total.pdf. Acesso em: 17 jun. 2024.

EMBRAPA. **Embrapa e BID definem cooperação para cenários de mudanças climáticas e de pós-pandemia**. 2021. Disponível em: https://www.embrapa.br/en/busca-denoticias/-/noticia/64672897/embrapa-e-bid-definem-cooperacao-tecnica-para-cenariosdemudancas-climaticas-e-de-pos-pandemia-da-covid-19. Acesso em: 15 jul. 2024.

ESTUDO PRELIMINAR DA CADEIA PRODUTIVA: TURISMO RURAL BRASIL. São Paulo: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura, 2013.

FERREIRA, A. L. **Agricultura familiar**: Workshop apresenta alternativas para o desenvolvimento sustentável da região serrana. 2013. Rio de Janeiro. Disponível em: https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/1500339/workshop-apresenta-alternativas-para-o-desenvolvimento-sustentavel-da-regiao-serrana. Acesso em: 21 jun. 2023.

MOUNTAIN PARTNERSHIP. **Five years of action for the development of mountain regions**: 2023-2027. 2003. Disponível em: https://www.fao.org/mountain-partnership/en. Acesso em: 24 mar. 2024.

FIDALGO, E, C. C.; PEDREIRA, B. C. C. G.; MONTEIRO, J. M. G.; CAPECHE, C. L.; ASSIS, R. L.; TURETTA, A. P. D.; MACHADO, C. R. L. **O papel da agricultura urbana como promotora da resiliência socioeconômica e ambiental das cidades**: destaque ao município de Nova Friburgo, RJ. Rio de Janeiro: Embrapa Solos, 2023. (Embrapa Solos. Documentos, 239).

FORBES AGRO. **Estudo diz que agro tem soluções baseadas na natureza, mas precisa avançar**: sumário para tomadores de decisão do relatório temático sobre Agricultura, Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos será apresentado em setembro. 2024. Disponível em: https://forbes.com.br/forbesagro/2024/07/estudo-diz-que-agro-tem-solucoes-baseadas-na-natureza-mas-precisa-avancar/. Acesso em: 20 jun. 2024.

GALLIEZ, I. L. W. **O protagonismo e o Rio Rural**: uma análise da participação dos agricultores no programa de microbacias hidrográficas do Estado do Rio de Janeiro. 2014. 95 p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas) – Instituto de Tecnologia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica.

GRASS, I.; LOOS, J.; BAENSCH, S.; BATÁRY, P.; LIBRÁN-EMBID, F.; FICICIYAN, A.; KLAUS, F.; RIECHERS, M.; ROSA, J.; TIEDE, J.; UDY, K.; WESTPHAL, C.; WURZ, A.; TSCHARNTKE, T. Land-sharing/-sparing connectivity landscapes for ecosystem services and biodiversity conservation. **People and Nature**, v. 1, n. 2, p. 262- 272, jun. 2019. DOI: https://doi.org/10.1002/pan3.21.

GRIMM, I. J.; ALCÂNTARA, L. C. S.; SAMPAIO, C. A. C. O turismo no cenário das mudanças climáticas: impactos, possibilidades e desafios. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, v.12, n. 3, p. 1-22, 2018.

GUIA PETR: PANORAMA EMPRESARIAL DE TURISMO RURAL 2012. São Paulo: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura, 2012.

HUQ, S. **Adaptation to climate change**: a paper for the International Climate Change Taskforce. London: Institute for Public Policy Research, 2005. 20 p. Disponível em: https://ippr-org.files.svdcdn.com/production/Downloads/adaptation_1358.pdf. Acesso em: 20 jun. 2023.

INSTITUTO BRASIL RURAL. **Turismo Rural**. Disponível em: https://www.institutobrasilrural.org.br/navegacao.aspid_menu=2&id_conteudo_exibir=65. Acesso em: 5 jun. 2024a.

INSTITUTO BRASIL RURAL. **Iniciativa Projeto Rede Turismo Rural**: Cronologia das atividades - Turismo Rural. Disponível em: https://www.institutobrasilrural.org.br/download/20220311185544.pdf. Acesso em: 5 jul. 2024b.

MAYER, V. F.; SANT'ANNA, E. S. **Manual de implementação para desenvolvimento de experiências memoráveis em roteiros turísticos**. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2022. 93 p. Disponível em: https://www.gov.br/turismo/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/experienciasdobrasilrural/arquivos-brasil-rural/glossario-de-termos-do-turismo-rural-e-agriculturafamiliar.pdf. Acesso em: 18 jul. 2023.

MONTEIRO, J. M. G.; CUNHA, D. V.; FIDALGO, E. C. C.; TURETTA, A. P. D.; PRADO, R. B. **Metodologia para a indicação prévia de Soluções Baseadas na Natureza (SbN) visando à segurança alimentar e hídrica e à adaptação às mudanças climáticas**. Rio de Janeiro: Embrapa Solos, 2022. E-book. (Embrapa Solos. Documentos, 236). Disponível em: https://www.embrapa.br/en/busca-de-publicacoes/-/publicacao/1149839/metodologia-paraaindicacao-previa-de-solucoes-baseadas-na-natureza-sbn-visando-a-seguranca-alimentar-ehidricae-a-adaptacao-as-mudancas-climaticas-. Acesso em: 8 jun. 2021.

OPORTUNIDADES em ambientes de montanha são foco de Mountains 2018. **Agrolink**, 28 dez. 2018. Disponível em: https://www.agrolink.com.br/noticias/oportunidades-em-ambientes-de-montanha-sao-foco-demountains-2018_414527.html. Acesso em: 21 jun. 2022.

PEDREIRA, B. C. C. G. Importance of interactions relationships between impacts and ecosystem services related to anthropic activities aimed at environmental conservation. In: INTERNATIONAL ESP LATIN AMERICA AND CARIBBEAN CONFERENCE, 4., 2023, La Serena, Chile. **Book of abstracts**... Wageningen: Ecosystem Services Partnership, 2023. Disponível em: https://www.alice.cnptia.embrapa.br/alice/handle/doc/1158707. Acesso em: 8 jun. 2023.

PEDREIRA, B. C. C. G.; FIDALGO, E. C. C. Comparative study on the potential of agritourism in two Brazilian municipalities. **Investigaciones Geográficas**, v. 68, p. 133-149. 2017. DOI: http://orcid.org/0000-0001-8537-3284.

PEDREIRA, B. C. C. G. A relação entre as interferências antrópicas e os serviços ecossistêmicos. In: PENA, I. A. de B.; ABREU, Y.; TÁVORA, B.; SANTANA, C.; PORTILHO, M.; MENDONÇA, M.; MELO, G. (org.). **Um olhar agroecológico e quilombola para a conservação ambiental**. Rio de Janeiro: AS-PTA Agricultura Familiar e Agroecologia, 2023. p. 155-173. Disponível em: https://aspta.org.br/files/2023/06/Um-olharagroecol%C3%B3gico-e-quilombola-paraaconserva%C3%A7%C3%A3o-ambiental.pdf. Acesso em: 16 jul. 2023.

PRADO, R. B.; OVERBECK, G. E.; DUARTE, G. T.; MONTEIRO, M. M.; MOREIRA, R. A.; ROZA, C. G.; VIANA, B. F.; NABINGER, C.; PIRES, M. de M.; SILVA, F. D. S.; SOUSA, J. H. ; AQUINO, F. G.; BUAINAIN, A. M.; ASSAD, E. D.; COUTINHO, J. G. E.; SOTERRONI, A. C.; ROQUE, F. O.; COSTA, M. J. R. P. ; CALDAS, J. N.; FIORINI, A. C. O.; PEREIRA, H. S.; LOYOLA, R.; BALIEIRO, F. C.; TONIN, A. M.; VIEIRA, R. R. S.; FERREIRA, J. N.; FAVARETO, A. S.; ALMEIDA, T. H. M. P.; SARCINELLI, O.; PINTO, E. P. P.; CALMON, M.; CRESTANA, S.; MESQUITA, R. C. G.; MAZZETTI, C.; ALTMANN, A. **Sumário para tomadores de decisão**: relatório temático sobre agricultura, biodiversidade e serviços ecossistêmicos. Campinas: Plataforma Brasileira de Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos, 2024. 30 p. Disponível em: https://doi.org/10.4322/978-65-01-06643-1. Acesso em: 8 jun. 2023.

SCHNEIDER, S.; FERRARI, D. L. Cadeias curtas, cooperação e produtos de qualidade na agricultura familiar: o processo de relocalização da produção agroalimentar em Santa Catarina. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, v. 17, n. 1, p. 56-71, 2015. Disponível em: http://revista.dae.ufla.br/index.php/ora/article/view/949. Acesso em: 14 jun. 2024.

TRIHN, T. T. Community Garden Experience During the Off-Peak Tourism Rainy Season at Hoi An Heritage Town, Vietnam. In: NAIR, V.; HAMZAH, A.; MUSA, G. **Responsible rural tourism in Asia**. Bristol: Channel View Publications, 2020. (Channel View Publications. Aspects of Tourism, 89).

TULIK, O. **Turismo rural**. São Paulo: Aleph, 2003. 94 p.

UN TOURISM. **Rural tourism**. Disponível em: https://www.unwto.org/rural-tourism. Acesso em: 3 jun. 2024.

CGPE 19109